

Carta aos participantes do Consea

Prezadas/os,

Por ocasião da última plenária do Consea em 2008, quando também se completa um ano da atual composição do Conselho, dirijo-me a vocês para saúda-las/os e também com o intuito de dar uma contribuição, ainda que sintética, à avaliação da nossa atuação. Penso que um balanço dessa atuação deveria ter em conta três aspectos: a) o significado e efetividade do Conselho e os desafios da participação social em políticas públicas; b) as conquistas que logramos obter e as que não foram possíveis ou significaram 'derrotas'; c) as perspectivas nos planos nacional e sub-nacional, com destaque para a construção do SISAN.

Para avaliar o significado e efetividade do Consea, devemos considerar que ele constitui um caso particular de conselho de políticas públicas no Brasil, colocando-nos desafios tanto gerais em termos de participação social, quanto específicos ao seu campo de atuação. Buscamos um enfoque intersetorial da SAN que implica localizar o Conselho junto ao chefe do Executivo, bem como temos uma composição com maioria da sociedade civil que também exerce a presidência do Conselho, cabendo ao Governo Federal exercer a Secretaria Geral do Conselho e a coordenação da Câmara Interministerial de SAN.

O Conselho tem o estatuto de órgão de assessoramento do Presidente da República, de modo que suas deliberações têm caráter propositivo, isto é, elas não são mandatórias ao Executivo. A evolução da concepção de Consea, desde a primeira experiência em 1993/1994, deu-se na direção de tornar o Conselho um espaço público de concertação social que se expressa na proposição de programas para várias áreas, no acolhimento de demandas sociais e também de setores de governo (com os conflitos inerentes), e no monitoramento de um conjunto diverso de políticas e programas. Tema controverso, tenho argumentado que as limitações do estatuto propositivo correspondem ao "custo da intersetorialidade", ao menos no estágio atual da construção institucional da SAN no Brasil.

Essa construção ainda carece de avanços no reconhecimento constitucional do direito à alimentação, na composição e procedimentos de escolha dos conselheiros, na interação Consea e Caisan e na relação do Consea com os demais espaços de participação social dos programas e políticas que integram o SISAN. Estes seriam os passos iniciais do longo caminho a percorrer para que as ações de Estado (e mesmo de sociedade) sejam estruturadas no entorno de questões transversais como a alimentação e outras, se é que um dia elas o serão.

Não obstante, há evidentes avanços conseguidos pelo Conselho desde 2003. Não vem ao caso elencar as conquistas nas diferentes áreas, razão pela qual me concentro em alguns elementos gerais. Começo ressaltando a crescente notoriedade adquirida pelo Consea como espaço de debate e proposição, apesar de reconhecer que há muito que conquistar em termos de legitimação social e reconhecimento político. Para tanto, o Conselho teria que aumentar sua capacidade de ser o desaguadouro de demandas sociais e de setores de governo em busca de visibilidade e concretização dessas demandas. Temos também de encontrar meios para melhor difundir nossas preocupações no seio da sociedade.

Creio que avançamos na capacidade de produção de propostas consistentes, com razoável grau de pactuação entre governo e sociedade, apesar de em vários casos ela não ter sido suficiente para dar plena efetividade às proposições. Avançamos também na capacidade de representar tanto a diversidade social do país quanto a abrangência temática da SAN, sem dúvida, com carências. Algumas delas são de nossa responsabilidade, por exemplo, sermos capazes de ajustar os critérios de representação e formas de participação às dinâmicas dos segmentos sociais, ou de compor pautas de discussão que contemplem a referida abrangência. Outras se devem a dificuldades que estão além das possibilidades de atuação de um Conselho.

Sem o impacto de eleições e a meio caminho entre a III e a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ressalto que 2009 será um ano especialmente importante tanto para consolidar conquistas ou para nos precaver contra retrocessos, quanto para delinear o futuro próximo. A incorporação da alimentação entre os direitos constitucionais de brasileiros(as) pode ser decisiva. Eleger alguns programas cuja institucionalidade e abrangência queremos consolidar, em paralelo à indicação das diretrizes de uma política nacional de SAN, pode ser uma estratégia conveniente. Enfrentar as fragilidades e a dispersão de caminhos dos Consea's estaduais é crucial para a futura existência de um sistema nacional.

Finalizo cumprimentando conselheiras/os, observadoras/es e a equipe da nossa Secretaria Executiva pelo excelente trabalho realizado no ano que termina, desejando muita alegria e confraternização nas festas de final de ano.

Um caloroso abraço

Renato S. Maluf

Presidente do Consea